

GABINETE DO PREFEITO Rua Major Luiz Carlos, N° 109, Centro, Limoeiro de Anadia - AL, 57.260-000 CNPJ sob N° 12.207.403/0001-95

LEI MUNICIPAL N° 307, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE INCENTIVO DO COMPONENTE DE QUALIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA, Prefeito do Município de Limoeiro de Anadia, Estado de Alagoas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Incentivo Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde, com base no estabelecido na Portaria GM/MS N° 3.493, de 10 de abril de 2024, do Ministério da Saúde, que institui a nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2° O incentivo financeiro concedido aos profissionais de saúde que atuam nas equipes da Estratégia Saúde da Família - eSF e equipes e Saúde Bucal - eSB, aqui denominado Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde, terá como fonte de custeio o repasse do Ministério da Saúde ao município de acordo com as metas e resultados previstos nas pertinentes portarias do Ministério da Saúde.

Parágrafo Primeiro. O município fica desobrigado do pagamento do incentivo, caso o Ministério da Saúde deixe de repassar os recursos pertinentes ou as metas estabelecidas pela Secretaria municipal de Saúde não sejam alcançadas.

Parágrafo Segundo. Para fins de avaliação de desempenho e pagamento de incentivo, as equipes serão em componentes específicos, a saber:

I – equipes da Estratégia Saúde da Família - eSF; e

II – equipes e Saúde Bucal – eSB.

Parágrafo Terceiro. Os componentes de que se trata o art. 2°, § 2°, podem ser alterados a qualquer tempo pelo Ministério da saúde, extinguindo categorias profissionais, bem como incluindo novas.

Art. 3º Na ocorrência de alteração na legislação federal do financiamento da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar, por meio de decreto, os parâmetros aplicáveis, definindo critérios para a concessão do incentivo financeiro, em conformidade com as normas vigentes.

Art. 4° O pagamento do referido incentivo será aplicado aos profissionais vinculadas à Atenção Primária à Saúde, de acordo a carga horária, e condicionado a indicadores, metas e avaliação de resultados que serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, definidos a partir das necessidades reais do município em ato normativo específico da Secretaria Municipal de Saúde em prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Lei.

Art. 5° Do valor global do recurso financeiro repassado mensalmente ao município pelo Ministério da Saúde, em cada um dos componentes de que se trata o art. 2°, § 2°, incisos I e II, desta Lei, 60% (sessenta por cento) será destinado ao pagamento do Incentivo do Componente de Qualidade na Atenção Primária à Saúde, 40% (quarenta por cento) será destinado ao custeio da Atenção Primária à Saúde Municipal.

Parágrafo Primeiro. Do valor atribuído ao pagamento do Incentivo do Componente de Qualidade na APS de que se trata o *caput* deste artigo, serão destinados de acordo com o valor repassado para cada componente da seguinte maneira:

I – equipes da Estratégia Saúde da Família - eSF;

- a) 28% (vinte e oito por cento) aos Enfermeiros;
- b) 10% (dez por cento) aos Médicos;
- c) 27% (vinte e sete por cento) aos Técnicos/Auxiliares de Enfermagem;
- d) 35% (trinta e cinco por cento) aos Agente Comunitários de Saúde; e

II – equipes e Saúde Bucal - eSB;

- a) 70% (setenta por cento) aos Cirurgiões-dentistas; e
- b) 30% (trinta por cento) aos Auxiliares em Saúde Bucal.

Parágrafo Segundo. Do valor atribuído ao custeio da Atenção Primária à Saúde Municipal de que se trata o *caput* deste artigo, serão destinados de acordo com o valor repassado para cada componente da seguinte maneira:

I – equipes da Estratégia Saúde da Família - eSF;

- a) 27,2% (vinte e sete vírgula dois por cento) à manutenção do programa;
- b) 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) aos Coordenadores da Categoria A1.
- c) 0,8% (zero vírgula oito por cento) aos Coordenadores da Categoria A2.
- d) 7,5% (sete vírgula cinco por cento) aos Recepcionistas.

II – equipes e Saúde Bucal - eSB;

- a) 35,7% (trinta e cinco vírgula sete por cento) à manutenção do programa;
- b) 4,3% (quatro vírgula três por cento) ao Coordenador.

Parágrafo Terceiro. Os Coordenadores da Categoria A1 são aqueles que possuem responsabilidades de maior complexidade, cujas atribuições estão relacionadas à toda a Atenção Primária à Saúde, já os Coordenadores da Categoria A2 são aqueles cujas atribuições estão relacionadas a programas específicos dentro da Atenção Primária.

Parágrafo Quarto. Na hipótese de não alcance de metas, acarretará a destinação do valor correspondente para a manutenção do programa.

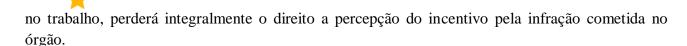
- **Art.** 6° O valor do incentivo financeiro de que se trata esta Lei, pago aos profissionais, será repassado nos meses subsequentes ao repasse do Ministério da Saúde.
- **Art. 7**° O pagamento será efetuado somente diante da confirmação do repasse do Pagamento do Componente de Qualidade do Ministério da Saúde e estará vinculado aos resultados das metas e indicadores obtidos pelas equipes no quadrimestre anterior.
- **Parágrafo único.** Para fins de pagamento, os quadrimestres cujas aferições sejam anteriores a esta Lei serão considerados como integralmente cumpridos os resultados.
- **Art. 8**° A avaliação das equipes e dos profissionais será realizada a cada quatro meses (quadrimestralmente), por meio de instrumentos de monitoramento e avaliação de resultados das equipes e desempenho individual dos profissionais, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As metas e indicadores utilizados para o monitoramento e avaliação serão traduzidos em planilha e/ou sistema específico.

- Art. 9° Na avaliação de desempenho serão considerados os seguintes resultados:
 - a) **Insatisfatório** quando o resultado alcançado for igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento);
 - b) **Regular** quando o resultado alcançado for superior a 25% (vinte e cinco por cento) e igual ou inferior a 60% (sessenta por cento);
 - c) **Bom** quando o resultado alcançado for superior a 60% (sessenta por cento) e igual ou inferior a 85% (oitenta e cinco por cento); e
 - d) **Ótimo** quando o resultado alcançado for superior a 85% (oitenta e cinco por cento).
- **Art. 10**. A partir da avaliação dos critérios estabelecidos no art. 9º desta Lei, serão aplicados os seguintes percentuais para cada equipe, para fins de pagamento do incentivo:
 - a) **Desempenho Insatisfatório**, percentual de 0% (zero por cento) do valor do incentivo;
 - b) **Desempenho Regular**, percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do incentivo;
 - c) **Desempenho Bom**, percentual de 70% (setenta por cento) do valor do incentivo; e
 - d) **Desempenho Ótimo**, percentual de 100% (cem por cento) do valor do incentivo.
- Art. 11. Ao final da avaliação do ciclo anual, será devido pagamento adicional aos profissionais no mês subsequente ao último quadrimestre, de acordo com a média alcançada por profissional dos últimos três quadrimestres,

Parágrafo único. A parcela adicional está condicionada ao repasse de recurso específico, sendo o município de Limoeiro de Anadia desobrigado a pagá-la se não houver repasse do recurso pelo Ministério da Saúde.

Art. 12. O servidor que sofrer punição por suspensão e/ou advertências por escrito por má conduta



Parágrafo único. Perderão também o direito ao recebimento do incentivo os seguintes casos:

- I atestados para todos os casos superiores a 14 (quatorze) dias;
- II licenças com período superior a 15 (quinze) dias;
 - III afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estado ou federal;
 - **Art. 13**. O incentivo de que trata essa Lei não se incorporará ao vencimento, não integrará os proventos de aposentadoria e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo a sua natureza estritamente indenizatória e temporária.
 - **Art. 14**. O Incentivo do Componente de Qualidade possui natureza estritamente indenizatória e temporária, conforme art. 13, não estando sujeito a descontos de INSS, conforme art. 28, §9°, da Lei Federal nº 8.212/1991, nem à incidência de IRRF, nos termos dos arts. 35 e 39 do Decreto Federal nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda).
 - **Art. 15**. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal, consignadas à Secretaria Municipal de Saúde/FMS, transferido fundo a fundo pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
 - **Art. 16**. Os efeitos desta Lei, para fins de pagamento do incentivo financeiro de que trata, retroagem a setembro de 2025, assegurando aos beneficiários o recebimento dos valores correspondentes ao período compreendido entre setembro de 2025 e a data de entrada em vigor desta Lei.
 - Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. Ficam revogadas as Leis nº 197, de 18 de junho de 2021 e nº 256 de 21 de fevereiro de 2024.

Limoeiro de Anadia/AL, 24 de novembro de 2025.

